



Reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora

OFICINA "LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA NA DEFENSORIA PÚBLICA"

XIII CONGRESSO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS

Data e Horário: 15 de novembro, 14h às 18h

Local: Costão do Santinho, Sala Cascaes II, Florianópolis, Santa Catarina

Coordenação: Antonio Barbosa - DPPR

Facilitadora: Patrícia Magno – DPRJ

Relatoria: Daniella Vitagliano – DPRJ

CONTEXTO

O Seminário “Litigância Estratégica em Direitos Humanos: usos, sentidos e práticas na Defensoria Pública”, realizado em março de 2017 no Rio de Janeiro, possibilitou um primeiro encontro de debate sistemático sobre o tema com a participação de defensores atuantes em diferentes órgãos especializados e em variados contextos. A partir daquele momento, foi ativada uma rede que busca consolidar canais de comunicação interinstitucionais, grupos de ação conjunta e meios de produzir respostas mais céleres e dinâmicas frentes às demandas estruturais de largo impacto. Novas atividades sobrevêm no bojo dessa temática, como o Seminário “Litigância estratégica e direito de resistência: desafios para a Defensoria pública e movimentos sociais”, a ocorrer em outubro em Fortaleza. Esta oficina situa-se na continuidade do esforço do estabelecimento de uma agenda estruturante ao redor deste tema para o próximo período, além de debater eixos prioritários de formação, de atuação institucional e de política judicial para a litigância estratégica.

OBJETIVOS

Objetivo 1: Fortalecer a rede constituída nas atividades levadas a cabo em 2017 em torno do tema da litigância estratégica por meio da socialização dos acúmulos e incorporação de novos atores.

Objetivo 2: Apresentar o estado da arte dos principais pontos pendentes de acúmulo e estabelecer agenda estruturante para o próximo período.



Reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora

METODOLOGIA

A Oficina acontecerá em **três momentos**.

Momento 1: Apresentação do acúmulo, produtos e documentos referentes aos seminários sobre a temática ocorridos em 2017.

→ Este primeiro momento funcionaria como uma introdução, na qual se pontuaria alguns encaminhamentos realizados. Apresentação dos documentos sistematizados oriundos dos grupos de trabalho do evento ocorrido em março.

Momento 2: Abre-se à manifestação dos colegas, alusiva ao que cada um entende por litigância estratégica. Debate para avaliação dos principais pontos a serem desenvolvidos referentes à atuação/litigância estratégica da Defensoria. Rodada com os presentes de modo que os principais pontos suscitados sejam indicados como eixos de aprofundamento para o próximo período.

→ Se possível, fazer circular texto entre o grupo no qual se tentaria amarrar uma definição “prévia” de litigância estratégica. Incluir, ainda, como cada um poderia incorporar no seu atuar tal concepção.
- Na mesma linha, tentar identificar os principais pontos chave para a litigância estratégica na DP.

Dinâmica: divisão em grupos. Um relator sistematizaria as ideias do grupo de forma sucinta. Após, leitura e debate dos principais pontos.

Momento 3: proposição de agenda de ações e atividades entre as Defensorias e organizações participantes, observando-se critérios que levem em conta especificidades regionais. A Oficina é voltada para a construção compromisso dos presentes, devendo ser estes os agentes de realização da agenda proposta.